

Reação à legalização da Estrutural

Oposição recorre ao Ministério Público para tentar reverter decisão do Legislativo

Vinicius Nader
De Brasília

A questão é polêmica e o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB) faz um pequeno suspense ao afirmar, por meio de sua assessoria, que ainda não sabe se veta ou sanciona o projeto de legalização da Estrutural, aprovado pela Câmara Legislativa do DF por 15 votos a sete, com duas ausências, na noite de quarta-feira. Roriz tem 15 dias para se decidir pela sanção do projeto, de autoria do deputado José Edmar (PMDB).

“O Governador tem argumentos e vantagens políticas tanto para aprovar como para vetar o projeto”, afirma o deputado federal Chico Floresta, líder do PT na Câmara Legislativa e ex-secretário de Meio Ambiente no governo de Cristovam Buarque, antecessor de Roriz no Buriti.

Derrotada na votação de quarta-feira, a oposição - formada pela bancada dos cinco deputados do PT mais os deputados Rodrigo Rollemberg (PSB) e Renato Rainha (PL) - entrou com uma representação no Ministério Público do DF apontando falhas ecológicas e habitacionais no projeto. “Queremos abrir uma discussão com o MPU e com a OAB para estudar uma alternativa para aquelas pessoas. Não queremos tirá-las de Brasília, mas sim apontar um local onde haja condi-



Evandro Matheus

Proximidade com área de proteção ambiental, o Parque Nacional, é uma das preocupações para uma vida digna”, explica Chico Floresta.

O deputado afirma que esse problema vem desde a época de sua gestão na Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, quando “a região em questão já não se mostrava viável para a instalação de uma cidade, apresentando uma série de dificuldades” e ressalta o perigo de “o projeto aprovado não apresentar limites para a expansão do local”.

Atual titular da pasta, Antônio Luiz Barbosa reconhece que há problemas com a legalização da Estrutural. “Mesmo com o limite de 300 metros entre a cidade e o Parque Nacional, essa cidade ainda está muito próxima de uma área de proteção am-

biental”, afirma o secretário, acrescentando que a lei determina que essa distância seja de, no mínimo, três quilômetros, dez vezes maior do que a prevista no projeto aprovado.

Comissão

Para resolver tal questão, Barbosa deve nomear uma comissão para estudar os impactos ambientais na área, que enviará um relatório ao Ibama. “A construção de fossas e cisternas tão próximas a um grande número de nascentes poderá vir a poluir a água consumida por cerca da metade da população do DF”, alerta o secretário.

O Ministério Público Federal já está atento a todos esses problemas apontados tan-

to pela oposição como por secretários do governo e, segundo o procurador de Defesa do Meio Ambiente Alexandre Camanho, não descarta a “possibilidade de ações cíveis e penais contra o GDF ou contra quem quer que se habilite a implantar serviço público na Estrutural”.

Além das questões ambientais, Camanho classifica o poliduto da Petrobras instalado no local como um “risco para a sociedade que mora ali por poder vazou ou explodir”. O que o procurador aconselha ao poder executivo é uma rodada de dois meses de discussão com a participação de todos os setores da sociedade.